

## 2009 - De suspeita em suspeita...

De suspeita em suspeita&hellip;  
por: Eugénio Costa Almeida©

(uma pequena e circunstancila incursão na política eleitoral legislativa portuguesa: PS versus PSD)

Manda a doutrina jurídica ocidental que todo o suspeito &ndash; arguido ou simplesmente suspeito &ndash; é inocente até prova em contrário em Tribunal, mesmo que todos os factos e evidências sejam tão fortes e inequívocos. Por isso compreende-se que alguns dirigentes políticos se insurjam com a ideia de coibir ou coarctar o direito a potenciais elegíveis de se candidatarem a qualquer cargo político, mesmo que numa situação de arguido ou suspeito de um acto jurídico condenável, antes de ser presente a Tribunal e este o condenar de forma clara e inequívoca. Têm razão! Se a doutrina diz que todo o suspeito é inocente até prova em contrário, porquê impedir o sonho desses candidatos políticos em prestarem provas cívicas dentro do universo eleitoral? Mas se as suspeitas devem ser combatidas para uns, têm de ser combatidas para todos. Como admitir que o líder de um partido seja colocado num patamar de suspeição devido a um caso que ainda está em investigação e a líder candidata oposta mantenha nas suas listas pessoas que além de indiciadas têm já julgamentos marcados? É certo que a doutrina jurídica ocidental diz e reafirma que todos os suspeitos são inocentes até prova em contrário e depois de julgados em Tribunal. Mas se um suspeito ainda é um caso em estudo, um arguido já é uma pessoa com processo em análise no Ministério Público e com possibilidades de poder ser ouvido em Tribunal e, caso as provas apresentadas sejam fortes, poder ser condenado. Mas isso não deve restringir o direito a ser elegível. Em absoluto! O problema está que um arguido, depois de eleito para certos cargos institucionais só pode ser ouvido em Tribunal depois de "liberto" pelos seus pares, e por escrito, o que restringe o direito à verdade jurídica. Razões mais que fortes para que dois dos candidatos apresentados por uma das listas concorrentes não deveriam ter sido colocados nas mesmas, e em lugares elegíveis segundo creio, porque depois de eleitos &ndash; e o interessante é que um dos candidatos já tem julgamento marcado para data posterior à sua previsível eleição &ndash; só poderão ser apresentados a Tribunal se os seus pares assim o permitirem. Admitir-se-ia a sua candidatura se os mesmos tivessem agregado uma declaração de imputabilidade à mesma. É possível que exista mas não só não se ouviu nada disso da sua líder como, o mais grave, para ela não há razões para duvidar da sua honorabilidade &ndash; como ninguém, de bom tom, o pode fazer &ndash; mas já o seu adversário e ainda líder governamental é visto como um eventual suspeito de uma eventual situação de corrupção ou má gestão. Dois pesos eleitorais e duas medidas em confronto. E principalmente se as omissões entram nas autarquias onde o contacto directo com os eleitores é mais evidente e onde estes melhores conhecem os seus elegíveis. A defesa intransigente dos dois arguidos face ao levantamento acirrado da suspeição de um adversário, bem assim às omissões quanto a candidatos autárquicos, faz pensar que outros interesses e outras condicionantes estarão subjacentes no acto eleitoral e que a eventual possível condenação em Tribunal dos dois arguidos poderia acarretar problemas enormes aos que com eles privaram em diferentes situações. Como diriam Astérix e Panoramix (Astérix, O Gaulês, de Goscinny e Urdezo) parece que há quem tenha medo de que os arguidos "falazem como nunca falazaram" e sendo eleitos, já estarão eles e outros defendidos das eventuais elocuições inoportunas&hellip; De suspeição em suspeição&hellip; até à eleição e segurança desejadas!©Publicado no semanário FrenteOeste, edição 1008, de 3.Setembro.2009 (<http://www.frenteoeste.com/modules.php?name=News&file=article&sid=5178>)